

Partilha de cargos vai ser complicada

Luiza Damé



corrigido, com base em índice a ser fixado pelo Senado Federal.

Coligação

Certamente, o ex-governador Joaquim Roriz — primeiro colocado nas pesquisas — será o candidato com maiores problemas para dividir esses cargos, devido ao número de candidatos e partidos que integram a sua coligação. Sem computar os dissidentes do PMDB e PMN, 226 candidatos ao Senado, Câmara Federal e Legislativa fazem parte das frentes Comunidade, Comunitária e Liberal Comunitária, constituídas por 16 partidos.

Além disso, na área social — carro-chefe da campanha de Roriz — nos últimos governos está sendo difícil a harmonia entre os ocupantes dos dois principais cargos — secretário de Desenvolvimento Social e diretor-executivo da Fundação de Serviço Social —, embora o diretor executivo seja nomeado em conjunto pelo secretário e governador. É exatamente à Secretaria de Desenvolvimento Social que está subordinada a SHIS (Sociedade de Habitações de Interesse Social), responsável pelo programa de assentamentos.

Adesão

A situação do senador Maurício Corrêa (PDT), candidato da Frente Popular — apontado pelas pesquisas como o provável adversário de Roriz no segundo turno — não é muito mais tranquila. Maurício conta com o apoio de sete partidos que apresentaram 97 candidatos a

senador, deputados distritais e federais. No entanto, se passar para o segundo turno, poderá receber a adesão do PT, aumentando a disputa pelos 122 cargos do primeiro e segundo escalões. Embora disputando o primeiro turno sozinho, Carlos Saraiva, do PT, se for para o segundo, ficará na mesma condição de Maurício, pois deverá receber o apoio da Frente Popular.

Com quatro partidos integrando o Movimento Liberal Progressista, o ex-governador Elmo Serejo (PL) terá mais facilidade em negociar o preenchimento dos cargos com as forças políticas que o apóiam. Se Elmo mantiver o perfil de realizador de obras que o caracterizou durante a sua primeira gestão no GDF, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) deverá receber grande impulso e valorização política.

A SDU estão ligadas a Novacap, Terracap, Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Companhia de Água e Esgotos (Caesb) e Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB). Apesar das diretorias das empresas públicas do DF serem escolhidas por um conselho administrativo, a indicação parte do governador e os nomes de sua confiança normalmente são confirmados, pois o GDF é o acionista majoritário. Mesmo estando subordinadas a uma secretaria, as nove empresas do GDF possuem orçamento próprio e o poder do secretário sobre elas é apenas moral.

O primeiro governador eleito do Distrito Federal deverá enfrentar dificuldades para distribuir os cargos disponíveis no seu time principal de assessores entre as lideranças e partidos políticos que o apoiam. Na estrutura organizacional do GDF estão previstas apenas 122 vagas — os chamados cargos de confiança — no primeiro e segundo escalões da administração direta e indireta. Do terceiro escalão para baixo — onde as vagas são mais numerosas — as opções, entretanto, são mais escassas, pois a legislação do GDF prevê que 50% dos cargos com DAS devem ser preenchidos por funcionários do próprio quadro.

Se a divisão de cargos poderá ser difícil, em termos de recursos, o próximo governador estará numa posição mais privilegiada que o atual. O orçamento para 91 — cujo valor global é de Cr\$ 138,8 bilhões — cresceu 30% em relação ao deste ano. As áreas mais beneficiadas serão a Educação que terá 20% do total (este ano foram 15%) e a Saúde, com 16%, ao invés dos 12% de 90. Em dezembro, o valor global será